

A REFORMA AGRÁRIA É VITAL PARA A CONQUISTA E A SUSTENTAÇÃO DO PODER POLÍTICO

No 25º aniversário da Revolução Popular Sandinista, a Asociación de Trabajadores del Campo (ATC) apresenta este documento sobre a vigência, os desafios e as ações da Reforma Agrária Sandinista. A ATC é uma organização que defende desde suas origens a Reforma Agrária Sandinista por esta ser uma demanda urgente e o melhor exemplo de transformações estruturais com justiça social ocorridas na Nicarágua.

A partir de sua perspectiva sindical e agrária, a ATC é formada por homens e mulheres, representando 46% da força de trabalho nicaragüense. É um recurso que vem e seguirá sendo o instrumento principal de nossa luta para disputar os espaços de poder, realizar a reforma agrária e, com isso, melhorar nossa vida, habitação, emprego, formação e lazer. Também promovemos Comissões de Saúde, Meio Ambiente Laboral, as Clínicas de Saúde em Cooperativas Mutuais e os Convênios Coletivos e Trabalhistas nas empresas com sindicatos que reúnem 27 mil famílias de trabalhadores assalariados afiliados à ATC.

Outras 22 mil famílias estão organizadas em Associações de parceiros e Cooperativas, as quais conservam 120 mil hectares de terras graças ao martírio de companheiros camponeses assassinados por resistir em suas terras ou presos em julgamentos injustos e favoráveis aos latifundiários. Nessas terras estão sendo criadas diversas alternativas econômicas, a exemplo de cooperativas de desenvolvimento e crédito para obter acesso a sistemas de crédito não-conventionais, comércio alternativo e de produtos orgânicos (conservação dos solos, manejo de bacias e reflorestamentos) e a implementação de mecanismos de gestão local para alcançar a autosustentabilidade das parcelas, hortas de auto-consumo familiar com cultivos diversos e capacitação em técnica de cultivos.

Como resultado da gestão econômica e jurídica, os membros da ATC têm ocupado cargos eletivos no parlamento centro-americano, na Assembléia Nacional da República e nos Conselhos Municipais, alguns dos quais como prefeitos. À luz desta luta política e em aliança com o setor técnico profissional foram criadas várias organizações não-governamentais (ONGs) para o desenvolvimento de missões específicas de diagnóstico, planejamento e formação.

Queremos, companheiras e companheiros, informar-lhes que de nossas fileiras e de nossas escolas sindicais, de educação formal técnica e universitária de Matagalpa e Manágua, já formamos oito turmas (de sessenta jovens cada) de camponeses e trabalhadores na agricultura e na pecuária e duas turmas (de setenta sindicalistas cooperativistas cada) em Administração Básica, e em pouco tempo teremos a primeira turma de sessenta sindicalistas agraristas licenciados em Direito Trabalhista e Agrário, com os quais atingiremos um contingente de 680 quadros qualificados.

Com a formação de quadros e o desenvolvimento de sindicatos, cooperativas, movimentos juvenis, de bairro e de mulheres rurais somos capazes de dizer que a ATC é parte da solução e, junto ao movimento sindical, aos setores populares e às forças progressistas, temos condição de defender nossas conquistas para construir um melhor nível de vida para a Nicarágua.

1. A ATC E SUAS ALIANÇAS

É fundamental para o movimento popular rural estabelecer um marco de alianças amplas que lhe permitam lutar conjuntamente com outros setores tanto sobre os temas da agenda nacional quanto de sua própria agenda em prol da reforma agrária e do desenvolvimento do agro. Temos avançado neste processo não só com o objetivo de incidir nas políticas agrárias como também de obter o acesso à terra.

Em 1995 se formou a Coordenação Agrária, hoje conhecida como Mesa Agropecuária e Florestal, da qual participam a ATC, a Federação de Proprietários de Bosques da Nicarágua (Fedebonic), a Federação Nacional de Cooperativas (Fenacoop), o Movimento Gremial Associativo UNAPA e os desmobilizados da Resistência e Reformados do Exército que foram beneficiários da Reforma Agrária. A Mesa é um espaço de forças com objetivos similares para encontrar soluções diante da problemática agrária.

Adicionalmente, os desafios impostos pela globalização tornaram necessário articular os distintos setores de maneira a evitar os impactos negativos sobre

as condições produtivas e de poder aquisitivo. Tal aliança é fundamental entre o movimento operário e o camponês e entre o setor da produção e o do consumo. No âmbito internacional, as alianças com (e entre) a Coordenadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo (CLOC) e a Via Campesina são consideradas estratégicas.

2. REFORMA AGRÁRIA

A simples menção da palavra “Reforma Agrária” provoca inquietação num setor da direita, mas estamos certos de que nesta luta se encontra nossa vida e o futuro bem-estar de nossos descendentes. Apresentaremos, mais adiante, propostas e trataremos o tema a partir de nossa posição e dos conceitos, métodos e experiências construídos pela ATC.

A Reforma Agrária é um direito reconhecido em acordos internacionais e não pode ter um enfoque restrito meramente ao acesso, uso e posse da terra, e sim ser integral, considerando também os demais fatores de apoio à produção como o crédito, a tecnologia, a assistência técnica, o processamento, a comercialização e outros incentivos econômicos e sociais que potenciem as capacidades produtivas, aquisitivas e o bem-estar da população beneficiária. Uma Reforma Agrária deve considerar a recuperação, a conservação e o manejo adequado dos recursos naturais, assim como as práticas de agricultura sustentável que garantam o futuro dos recursos para as gerações atuais e futuros, incluindo o respeito aos costumes dos povos étnicos tanto em suas modalidades organizativas como no enfoque social da propriedade.

A Reforma Agrária não deve ser tratada como um assunto exclusivamente técnico (terra, tecnologia, serviços), antes como um processo essencialmente político que envolve as forças no poder. Distribuir terras significa repassar recursos, produção e poder aos grupos rurais desfavorecidos, implicando, portanto, na participação organizada da população camponesa. Tais processos contribuem para transformar o pensamento e a dignidade das pessoas, uma vez que seus beneficiários têm um maior acesso ao conhecimento, tornando-se mais combativos e solidários.

É necessário que no conceito mesmo da reforma agrária esteja incorporada a participação ativa e igualitária das mulheres e os direitos ancestrais dos indígenas. Mais que isso, desde a experiência nicaragüense tal conceito significou não somente a distribuição da terra aos trabalhadores como também do capital das empresas agrícolas. Por exemplo, na primeira etapa da reforma

agrária sandinista foram repartidas terras às cooperativas de trabalhadores rurais sindicalizados na ATC, os quais formaram empresas autogestionárias. Depois, no contexto das políticas neoliberais e da privatização da década de 1990, conformou-se a Área de Propriedade dos Trabalhadores (APT) com 33% das terras da Área de Propriedade do Povo (APP), que concentrava, por sua vez, 30% das terras agrícolas do país, constituindo-se assim as empresas associativas dos trabalhadores.

Do ponto de vista do movimento sindical, a concepção de reforma agrária precisa integrar, além do que já mencionamos, as “normas internacionais trabalhistas” e a “seguridade social”, de maneira a garantir a seus beneficiários uma vida digna e democrática, assegurando os direitos próprios das mulheres e da família.

Atualmente as técnicas de cultivo intensivo da agroindústria não são sustentáveis na medida em que utilizam produtos químicos altamente tóxicos que contaminam e destroem uma grande quantidade de recursos naturais, como o solo, a água e a biodiversidade e, o que é pior, a vida dos trabalhadores e da população rural, que tem sofrido danos irreparáveis ocasionados pelo *nemagón* e pela *creatinina*¹. Discordamos da utilização de organismos geneticamente modificados (OGMs) e de produtos não-saudáveis como a carne com hormônios importada dos Estados Unidos. Não sabemos, ademais, as conseqüências da enorme quantidade de sementes híbridas introduzidas nestes países em virtude do furacão *Mitch*².

3. PROBLEMAS DA REFORMA AGRÁRIA

Entre os principais problemas do processo da Reforma Agrária destacamos os seguintes: (i) falta de políticas governamentais de apoio à produção e ao acesso à terra; (ii) ausência de um marco jurídico que proteja as terras dos beneficiários; (iii) êxodo massivo do campo, o que diminui a mão de obra e a segurança alimentar e (iv) desastres naturais, vulnerabilidade agro-ecológica e má qualidade das terras.

Por falta de recursos para fazer suas terras produzirem, os pequenos agricultores estão sendo obrigados a vendê-las, ainda que de modo parcial, pois

1. Estudos demonstraram que a utilização do pesticida *nemagón* causou esterilidade nos trabalhadores dos campos bananeiros do litoral atlântico nicaragüense (Nota da Redação).

2. O furacão *Mitch* atingiu diversos países da América Central no final de 1998 (Nota da Redação).

muitos negociam suas propriedades (ou parte delas) para comprar em outro lugar ou mesmo para financiar a produção.

Outra das limitações diz respeito à falta de uma legislação adequada que proteja a terra dos beneficiários. Uma grande parte foi obtida por meio de “títulos de concessão” ou de “ocupação de terras”, de maneira que a imensa maioria carece de escrituras sobre a posse, o que traz um sério obstáculo para os camponeses proprietários pois lhes dificulta a solicitação de assistência financeira, seja de créditos agrícolas bancários seja de micro-créditos das ONGs. Por outro lado, existem leis que lhes são prejudiciais, tais como as dos “tribunais de arbitragem” e da “justiça tributária”, que legalizam as terras ao custo de uma sobrecarga fiscal.

O êxodo rural tem aumentado muito, ultrapassando as fronteiras nacionais. Fala-se em cerca de um milhão de nicaragüenses trabalhando no exterior. As remessas familiares enviadas por eles constituem uma alta porcentagem do valor das exportações do país, superando inclusive os ingressos provenientes do café. Uma grande quantidade dos emigrantes é de origem rural, como demonstram as altas cifras de trabalhadores agrícolas de origem nicaragüense nas plantações da Costa Atlântica da Costa Rica.

Não existe apoio oficial para proteger os direitos dos nicaragüenses que trabalham fora do país nem para promover a organização de trabalhadores migrantes. Este fenômeno migratório reflete a falta de oportunidades de emprego rural, o incremento da pobreza extrema, a falta de crédito e terra para o setor camponês, o difícil acesso aos serviços sociais de saúde, educação, aposentadorias e pensões, o congelamento dos salários e a falta de infra-estrutura para a agroindústria. Essa pobreza, aliás, tem contribuído para aumentar a delinqüência, a desintegração da família e a segregação nas zonas marginais. A agricultura deixou de crescer e os governos preferem transferir terras de vocação agrícola para outros setores mais rentáveis, como o turismo e as zonas francas.

4. SOBERANIA, TLC E SUBSÍDIOS

Nossa proposta como ATC mantém o princípio da Soberania Alimentar e, por esta razão, insistimos atualmente na retirada da agricultura do Tratado de Livre Comércio (TLC) e das normas aprovadas pela Organização Mundial do Comércio (OMC). Lutamos para recuperar nossos direitos ancestrais sobre sementes e recursos naturais, já que, na atualidade, as transnacionais os patenteiam a favor de seus interesses comerciais.

É certo que existem subsídios, mas eles estão restritos apenas aos grandes empresários, como no caso do açúcar, dominado pelo grande capital. Outro exemplo é a comercialização do frango na região que, ao passar para as mãos das grandes transnacionais, provocou o imediato estabelecimento de elevadas tarifas alfandegárias ao frango importado. Quer dizer, o mercado é regulado (através de tarifas, impostos, preços fixos etc.) somente quando se trata de bens produzidos ou distribuídos pelo grande capital. Não é possível que se esteja importando na Nicarágua 180 milhões de dólares anuais em alimentos quando existe um forte setor agrário composto por cooperativas camponesas e os trabalhadores controlam mais da metade das terras do país.

A vulnerabilidade agro-ecológica gerada pelos desastres naturais (terremotos, furacões, secas) tem sido muito freqüente nos últimos anos, convertendo-se num traço dominante e com efeitos de grande impacto econômico e social, particularmente nas zonas rurais, caracterizadas por uma profunda precariedade e pobreza. Por outro lado, se padece de um dos níveis mais altos de deterioração dos recursos naturais e ambientais (erosão da terra, desmatamento, contaminação das águas) do mundo, pondo em risco a agricultura e a vida do camponês e dos trabalhadores agrícolas. Apesar de haverem instrumentos oficiais para reverter tal vulnerabilidade no campo, estes não são implementados com a participação da população diretamente atingida, a qual não é envolvida na preservação e conservação dos recursos.

5. REFORMA AGRÁRIA ASSISTIDA PELO MERCADO

As políticas atuais do Banco Mundial pressionam os governos dos países em desenvolvimento para que façam uma reforma agrária através dos mecanismos do mercado: os “bancos da terra” e a privatização fundiária. Tais políticas visam substituir os processos de expropriação, estabelecendo um mercado de terras que permite, de um lado, que os latifundiários vendam seus piores lotes a preços altos e, de outro, adquiram a terra do camponês pobre compra a um preço de fome, desmantelando assim as instituições do Estado responsáveis pela execução das leis agrárias. De acordo com estas políticas, os governos conferem ao mercado – não ao Estado – a regulação do mercado de terras ou das chamadas “reformas agrárias assistidas pelo mercado”. A porcentagem de camponeses sem terra é cada vez maior devido à estagnação da agricultura, ao crescimento do desemprego e à extrema pobreza. Com os altos índices de pobreza no campo e sem o apoio do Estado não é possível que os pequenos agricultores acessem a compra de terras pela via

do mercado. Ora, tal mercado consiste num mecanismo estabelecido pelos organismos financeiros internacionais e outras instâncias com o objetivo de evitar que se estabeleçam novos processos de reforma agrária nos países em desenvolvimento. “*A terra é muito mais que uma mercadoria*” e o mercado de terras não assegura a realização de uma reforma agrária ampla e integral nem resolve o problema da injusta distribuição da terra ou da concentração da riqueza, muito menos da situação de pobreza do agro. Não concordamos com esta concepção porque ela parte do pressuposto de que “*a terra já não é para quem nela trabalha e sim para quem a pode comprar*”. Com isso se reduz a propriedade da terra a uma operação de “compra e venda”, sem levar em consideração sua função social nem seu papel fundamental no desenvolvimento e transformação da área rural.

Ainda que na Nicarágua não tenham sido estabelecidos projetos relacionados aos “bancos da terra”, sob a rubrica de “*barrido cadastral*” o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) emprestou quarenta milhões de dólares para facilitar o comércio da terra, um programa que sequer foi organizado no país. Daí a importância de discutir estas políticas entre as organizações populares, de forma que possamos elaborar de antemão algumas estratégias alternativas aos atuais programas de “reforma agrária assistida pelo mercado”.

Nicarágua, Centro América, 20 de julho de 2004.

ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES DO CAMPO (ATC)